A parte pelo todo? - Textos, tecnologias e confiabilidade[1]

Júlio ALTIERI[2]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo: Neste texto, busca-se primeiramente, discutir as contribuições de Donald McKenzie e Adrian Johns para a expansão e complexificação das pesquisas sobre a leitura, ao observar, principalmente, aspectos do universo textual como a produção, as representações, a comercialização, a circulação, as geografias, as relações entre indivíduos e mais. Ao fazer isso, entendemos os textos e seus impactos na cultura muito mais como produtos de uma construção que envolve fatores diversos e não só tecnológicos. Dito isto, debatemos como estas contribuições podem ser aplicadas para pensar a questão da confiabilidade dos textos em ambientes digitais.

Palavras-chave: Donald McKenzie; Adrian Johns; cultura impressa; textos digitais; confiabilidade.

1. Introdução

Estudar a leitura, assim como outras práticas corriqueiras da nossa cultura, envolve um pouco de improviso e criatividade nas formas de dirigir o olhar para aquilo que não está tão exposto, aquilo que é fugaz, íntimo, disperso e ao mesmo tempo localizado, que se estabelece a céu aberto ou entre quatro paredes, dentro de um ônibus ou na sala de espera de um consultório médico. Além disso, por mais que vejamos, toquemos, escutemos ou experimentemos nossas práticas e as de outros, as explicações para o que se desdobra no momento em que consumimos um texto e as consequências disso na cultura não se revelarão de uma hora para outra. Isto é, nem por iluminação, nem por exercícios de reflexão pura. Impõe-se algo mais.

As explicações para o que se procede em um breve instante de leitura não estão dadas completamente no momento em que ela se realiza. Essas estão relacionadas a um "universo anterior" e a um "universo futuro" – de *intenções de leitura*, etc. – que se ligam por caminhos tortuosos e complicados de se rastrear aos suportes textuais e seus leitores. Seria proveitoso pensar também que, transitando entre esses dois universos, existiria um terceiro, "o interior", correspondendo ao que se refere por *psicologia do leitor* (GONÇALVES, MONTEIRO & ROCHA, 2011, p. 13-14), onde poderíamos localizar, por exemplo, algo próximo a uma "cognição leitora"[3]. Tal aspecto da interioridade dos

[1] Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Jornalista formado pela FCS- UERJ e mestrando na linha de Tecnologias da Comunicação e Cutlura, PPGCOM - UERJ, email: julio.altierim@gmail.com.
[3] Não que haja uma cognição especial para leitura. Fazemos referência aqui às possíveis e múltiplas habilidades e recursos aos quais se recorre durante o ler, que não necessariamente se desenvolvem exclusivamente para ler.

indivíduos já vem sendo observado há um bom tempo em estudos de casos específicos[4], mas da mesma maneira ainda é bem pouco compreendido.

Os universos brevemente discutidos acima não cumprem o papel de categorias, nem pretendem. Esses servem apenas para ilustrar o quão ramificada é a prática leitora e, consequentemente, dependente do progresso de variados campos do conhecimento e de abordagens que ampliem as perspectivas sobre o assunto para, então, esclarecê-lo mais e mais. Nossa preocupação em levantar tal discussão é de fundo teórico, mas também prático, no que diz respeito à produção efetiva de estudos dentro do tema e aonde seus pesquisadores irão procurar respostas, informações e pontos de reflexão.

Tudo isso está diretamente relacionado com os objetivos do presente artigo, que são, primeiro, discutir a contribuição de Donald F. McKenzie e Adrian Johns para a expansão e complexificação das pesquisas sobre a leitura, no sentido de olhar, principalmente, para aspectos desse "universo anterior" e entender o livro muito mais como o produto de uma construção que envolve fatores tecnológicos, representativos, econômicos, geográficos, políticos, relações de trabalho, dentre outros. Segundo, como estas contribuições podem ser aplicadas aos diferentes movimentos e inovações atuais que aportam o mundo livreiro, caso da dita Tripla Revolução do Digital[5]. Inclusive, para desenvolver melhor este segundo tópico, iremos refletir, em outra etapa do artigo, quanto à relação de credibilidade de um texto/informação escrita e o meio em que está disponibilizado. No caso, aqui, o meio será o digital.

2. McKenzie e Johns:

Assim, os trabalhos de tais autores muito mais do que caracterizarem uma tecnologia "por ela mesma" a exploram em suas contradições, imperfeições, processos pela qual passou e as consequências diretas e indiretas para a cultura em que se insere. Essa atitude exalta o âmbito humano dos recursos tecnológicos, fugindo – não sem custos – dos discursos deterministas bem comuns entre pensadores do campo da Comunicação e daqueles que com ela flertam: História, Sociologia, etc.

É possível dizer que uma marca fundamental desses pesquisadores é a "visita" ao dia a dia da produção e comercialização livreira, mas também aos seus porões, às impressões noturnas (JOHNS, 1998, p. 133), aos ambientes de intriga, ao "lado B" do

[4] Como o do moleiro Mennochio (GINZBURG, 2008), do autodidata Jemerey Duval (HÉBRARD in CHARTIER, 1996, Cap. 2) ou de Jean Ranson (DARNTON in CHARTIER, 1996, Cap. 6).
[5] Termo usado pelo pesquisador francês Roger Chartier para se referir às mudanças que ocorrem no mundo textual com tecnologia digital (1998).

mercado livreiro, aos arquivos, características essas que conferiram a eles uma noção distinta do conjunto de forças em jogo no período específico que descrevem, do surgimento e "assentamento" da prensa de tipos móveis, fundamentalmente na Inglaterra dos séculos XVII ao XVIII.

Aplicando um estudo aprofundado da produção impressa, ambos desconstroem certas visões da história dos livros e da leitura e da bibliografia, esta que tanto se associou a outra após as contribuições de McKenzie, que convergia com temas desenvolvidos na história do livro.

O trabalho do neozelandês McKenzie significa um rompimento dentro da Bibliografia e uma aproximação com a história da leitura, onde se encontra Johns, que, por sua vez, representa uma linha de movimento progressivo nascida da história cultural, na segunda metade do século XX, pelas mãos de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, com o título *L'apparition du livre* (1958), que se situou dentro do grande campo das mudanças da *École des Annales*.

A "Nova Bibliografia", movimento de estudo descritivo e analítico dos textos pensado inicialmente por Sir Walter Greg e R. B. McKerrow – grandes nomes da área à época –, focava-se em "[...] reconhecer formatos, cotejar assinaturas, detectar correções, distinguir fontes, investigar marcas d'água, analisar ilustrações e identificar encadernações." (DARNTON, 2010, p. 149). Muitas concepções sobre os modos de operação de uma casa impressora, de hábitos de trabalho, os sentidos das obras, a função de elementos gráficos dos textos, da contagem de caracteres e mais eram obtidas diretamente da análise do material impresso, normalmente um único volume de uma edição.

A Nova Bibliografia aspirava ao status de ciência e, por isso, baseava-se em cálculos e métodos que entendiam o estudo da produção textual como algo tão regular e linear quanto uma ciência exata (DARNTON, 2010, p. 148). O bibliógrafo neozelandês passa, então, a questionar os principais paradigmas dos seus colegas através do estudo da organização de uma casa impressora, a distribuição de tarefas dentro desta, as técnicas de impressão, as relações entre tipógrafos, revisores, impressores e mestres, o ritmo de produção, os quadros de horários, o volume de textos a serem impressos e seus diferentes tamanhos, os equipamentos disponíveis, a relação entre elementos físicos do texto e a formação de sentido, etc. Foi neste instante que sua empreitada seguiu para os arquivos das casas impressoras.

> As irregularidades das práticas efetivas das casas impressoras, McKenzie argumentava, introduziram 'muitas imponderáveis e variáveis' para que os bibliógrafos inferissem precisamente da observação de uma página impressa as circunstâncias detalhadas de sua produção. Para testar suas teorias ante a história, eles teriam de reconhecer o valor do arquivo das editoras como importantes evidências bibliográficas. (MCDONALD e SUAREZ in MCKENZIE, 2002, p. 4, tradução nossa).[6]

A partir do momento em que os

> [...] hábitos de trabalho dos efetivos funcionários foram revelados, ficou claro que a maioria dos argumentos bibliográficos dependia tacitamente de fictícios "impressores mentais[7]", constructos imaginados que não mantinham relação com os agentes humanos da história (MCDONALD e SUAREZ in MCKENZIE, 2002, p. 5, tradução nossa).[8]

Armado de uma nova concepção do que seriam os estudos bibliográficos e qual sua tarefa, McKenzie sedimentou o caminho para a *sociologia dos textos* com o uso de novas evidências, questões a serem postas e métodos. Pretendemos expor aqui duas linhas dentre as principais contribuições do trabalho revisionista de McKenzie, que levaram a essa complexificação e ao enriquecimento de nosso campo de estudo.

A primeira linha de contribuições agregam os avanços para o entendimento da produção de textos impressos.

> Bibliógrafos anteriores haviam presumido que cada livro avançava pela cadeia de produção seguindo um padrão consistente e linear: determinado tipógrafo entregaria suas fôrmas aos impressores de uma determinada prensa. Este ficaria responsável pela edição, muitas vezes deixando rastros de sua atividade em padrões de cabeçalhos no alto da página, em linhas de direção na parte inferior ou nos sinais de prelo (normalmente, números adicionados à parte inferior da página para identificar o trabalho de um determinado impressor). Assim, seria possível construir uma série de inferências avançando de trás para diante pelo processo de produção, partindo do exemplar físico e chegando a uma prensa, a um tipógrafo e, até certa medida, ao manuscrito original, mesmo que estivessem desaparecidos [...] (DARNTON, 2010, p. 152).

Quando o pai da sociologia dos livros foi além da análise única de um volume, de uma edição, de um título produzido por uma casa impressora e comparou este volume com

[6]O original é: The vagaries of the actual printing-house pratices, McKenzie argued, introduced "too many imponderables and variables" for bibliographers accurately to infer the detailed circunstances of production from the printed page alone. To test their theories against history, they had to recognize the value of the publisher's archive as important bibliographical evidence.

[7] Do termo original "printers of the mind" (1969), que faz referência aos impressores idealizados pelos autores da "Nova Bibliografia". A opção pela tradução do termo assim acompanha aquela aplicada em: DARNTON, 2010, p.154.

[8] O original é: Once the working habits of actual laborers were revealed, it became clear that most bibliographical arguments tacitly depended on fictive "printers of the mind", imagined constructs that bore no relation to the human agents of history.

outros e documentos dos arquivos[9], pôde-se ter um panorama completamente diferente sobre a realidade dos processos pelos quais passavam um texto enquanto estava sendo impresso. Concluiu-se que as regularidades lineares, antes tidas como certas, e as inferências nelas baseadas eram simplesmente irreais. Para explicar a realidade que se desvelou, foi cunhado o conceito de "*concurrent production*" ou "produção simultânea" (MCKENZIE, 2002). Os funcionários de uma casa impressora poderiam trabalhar em várias etapas diferentes com obras diferentes ao mesmo tempo. Portanto, um impressor poderia estar cuidando de uma peça de Shakespeare e depois passar para outro título diferente com os tipos de uma página já compostos, enquanto o tipógrafo assentava os tipos na fôrma para a próxima página da peça. Múltiplos impressores poderiam trabalhar em uma mesma obra simultaneamente ou tipógrafos prepararem as páginas de um mesmo livro. As páginas a serem impressas ou compostas iam geralmente para aqueles que estivessem livres, mas, como certas atividades demoravam mais que outras, nem sempre se tinha os mesmos profissionais trabalhando na mesma obra. Cabia ao supervisor o gerenciamento das tarefas.

Havia ainda o caso dos operários que trabalhavam por uma necessidade imediata e poderiam fazer quantas impressões fossem o bastante para preenchê-la e ir embora, deixando ao supervisor o rearranjo da produção. Deve-se lembrar que eles recebiam por página produzida, então, seu ritmo chegava a variar segundo seus objetivos de ganho. É certo que esse quadro é ainda mais rico do que podemos descrever aqui neste curto espaço. Dito isso, vamos à segunda linha de contribuições.

Essa linha também está ligada ao entendimento da produção, mas pretendemos dar ênfase a um tópico específico, sobre a conformação material dos textos e seus efeitos socioculturais e de sentido. Isto significa que as características materiais dos textos devem ser levadas em conta ao se estudar os sentidos que a obra transmite.[10]

> [...] bibliógrafos deveriam estar preocupados em mostrar que formas afetam os sentidos. Além disso, permite nos descrever não somente o processo de transmissão técnico dos sentidos, mas também o social. Nesses bem específicos modos, isso se aplica a textos, em seu sentido amplo, nas suas dimensões de forma física, versões textuais, transmissão técnica, controle institucional, seus sentidos percebidos e efeitos sociais. (MCKENZIE, 2004, p. 12, tradução nossa).[11]

[9] McKenzie efetivamente pesquisou os arquivos, primeiramente, da Cambridge University Press, dos anos de 1696 à 1712. Em seguida, vasculhou documentos da gráfica londrina de William Bowyer, datados do século XVIII.

[10] Para argumentar sobre isso ele irá analisar o ensaio "*The Intentional Fallacy*", onde se cita um trecho do prólogo de Congreve para a publicação *"The Way of the World"*. Nesta citação são realizadas diversas modificações no texto original que, segundo McKenzie, tiveram efeitos no sentido da obra. (MCKENZIE, 2002, Cap. 1).

[11][...] bibliographers should be concerned to show that forms effect meaning. Beyond that, it allows us to describe not only the technical but the social processes of their transmission. In those quite specific ways, it accounts for non-book texts,

Ao discutir o caso de Congreve, novamente McKenzie retorna ao debate com seus antecessores e critica a classificação de Greg, que chamava de "substantivos" o texto de uma peça teatral e de "acidentais" os recursos tipográficos como espaçamentos e outros caracteres diferentes que tinham a função de estabelecer a separação entre as cenas de uma mesma peça. Segundo Greg, os acidentais tinham função de apresentar o texto, mas sem nenhuma consequência para o sentido do texto escrito. McKenzie afirmava o contrário, que os acidentais tinham um papel central na construção do sentido de uma peça teatral que estava sendo passada do palco para os livros, ou seja, entre contextos de transmissão bastante distintos.

O exemplo de William Congreve ilustra uma ideia que acompanha todo esse movimento de reforma e bate de frente com o entendimento do estudioso inglês, Sir Walter Greg, de qual seria a função da Bibliografia e, portanto, com o que esta deveria se preocupar. Sua visão era de que esse campo de estudos não deveria questionar sobre os sentidos dos sinais presentes nas obras, isso era o papel de outras disciplinas.

> [...] o que preocupa um bibliógrafo são peças de papel ou pergaminho cobertos com certos tipos de sinais escritos ou impressos. No que diz respeito aos sinais, ele se preocupa meramente como marcas arbitrárias; seus sentidos não são da sua conta. (MCKENZIE apud GREG, 2004, p. 9, tradução nossa).[12]

Mais uma vez, a visão amplificadora sobre o tema do estudo dos livros leva o estudioso neozelandês a argumentar com seus antecessores e afirmar que, diante das demandas de outros campos, era papel da bibliografia ampliar seu escopo de ação e enxergar-se como uma bibliografia histórica, tratando de assuntos que incluíam a construção do sentido das obras.

> [...] eu creio estar seguro para dizer que os interesses vitais da maioria daqueles por mim conhecidos como bibliógrafos não estão mais completamente servidos pela descrição, ou pela edição, mas pelo estudo histórico da produção e uso dos livros e outros documentos. [...] É aqui, se não em todos os lugares, que outras disciplinas como a história e especialmente a história cultural, estão agora fazendo demandas à bibliografia.[13]

---

their physical forms, textual versions, technical transmission, institutional control, their perceived meanings, and social effects.

[12]O original é: [...] what a bibliographer is concerned with is pieces of paper or parchment covered with certain written or printed signs. With these signs he is concerned merely as arbitrary marks; their meaning is no business of his.

[13]O original é: [...] I think I am safe in saying that the vital interests of most of those known to me as bibliographers are no longer fully served by description, or even by editing, but by the historical study of the making and the use of books and other documents. [...] It is here, if anywhere, that other disciplines such as history, and especially cultural history, are now making demands of bibliography.

> Em um mundo como este, a definição de Greg da base teórica da bibliografia é muito limitada. Enquanto nós continuarmos a pensar sobre esta como confinada ao estudo das funções não-simbólicas dos sinais, o risco que se corre é o do ostracismo. (MCKENZIE, 2004, p. 11-12, tradução nossa). [14]

Para ele, essa função da conformação material transcendia, inclusive, os livros e se aplicava a qualquer tipo de texto. McKenzie afirmou que o termo "texto" permitia a inclusão de todas as formas que pudessem ser compreendidas como tal, entre informação verbal, visual, oral, numérica, etc. (MCKENZIE, 2004, p. 13). Não somente livros ou conjuntos de sinais traçados em uma folha de papel.

Assim, quando se fala de efeitos socioculturais e de construção dos sentidos, somos capazes de incluir os meios de comunicação de maneira geral, o que permite trazer essa noção desde os primeiros textos até aqueles presentes nos ambientes digitais. Em resumo, ao se discutir sobre a capacidade da forma material interferir em questões socioculturais e de sentido, faz-se referência a diagramação que deixe espaços nas margens. Um leitor poderá usá-los para preencher com anotações e, talvez, "debater" com o autor o texto, construindo e fixando por meio da escrita os sentidos e seu entendimento do que lê.

Com isso, concluímos o que pretendíamos discorrer da obra de Donald McKenzie e passamos para as contribuições do historiador Adrian Johns, que fortemente se alinham com a de nosso primeiro autor. Apesar de não produzir uma reviravolta na sua área, Johns expande o debate do estudo dos livros fundamentalmente no percurso de um entrave teórico que vai tratar da fixação da cultura impressa e como isso dependeu da confiabilidade nos materiais impressos. Nosso autor afirma que a credibilidade nos textos foi estabelecida por um conjunto de acordos e relações fiadas entre membros do mercado de textos, subjugando (teoricamente) a inovação tecnológica, por muitos teóricos vivamente valorizada, a um patamar de paridade com outros fatores diversos.

Seu alvo principal é Elizabeth Eisenstein e sua obra *"The printing press as an agent of change"* (1983). A historiadora norte-americana produziu um estudo sobre a invenção da prensa de Gutenberg e o surgimento da cultura impressa em oposição à cultura do manuscrito. Na contramão, Johns vai opor-se às ideias de que as capacidades de fixação, uniformização, preservação e disseminação de textos são inerentes à invenção mecânica da prensa tipográfica e de que, por isso, abriu caminho direto para o desenvolvimento da

[14] In such a world, Greg's definition of the theoretical basis of bibliography is too limited. As long as we continue to think of it as confined to the study of the non-symbolic functions of signs, the risk it runs is relegation.

ciência moderna e da noção de verdade científica. Para Johns, na realidade, tudo foi fruto de um processo de construção

> [...] por meio de representações e convenções que tornam possível ter confiança, ou não, nos empresários envolvidos, julgar a autenticidade dos textos e o valor das edições, ou ainda dar crédito aos saberes transmitidos pelos textos impressos. Ao estabelecer, não sem conflitos ou divergências, as regras compartilhadas e mobilizáveis para identificar os textos corrompidos e os falsos saberes, as pessoas ligadas ao livro tentam responder ao descrédito duravelmente ligado tanto aos livros impressos quanto aos que os publicam. (CHARTIER in GONÇALVES e COUTINHO, 2009, p. 26).

Para isso, esse estudioso da história recorre a muitos materiais formulados na agora conhecida sociologia dos textos que, por sua vez, segue uma tendência, como já vimos, lançada dentro da própria história. Os percussores dessa tendência, Martin e Febvre,

> [...] relacionaram o impacto da invenção de Gutenberg a fenômenos socioeconômicos de longo prazo, como a organização de escritórios, o preço de trapos e pergaminho e o desenvolvimento de rotas comerciais. [...] Como partidários da escola historiográfica dos Annales, detectaram padrões duradouros de estabilidade estrutural que os levaram a desafiar o conhecimento estabelecido, incluindo a crença de que Gutenberg promovera uma revolução imediata na indústria editorial. (DARNTON, 2010, p.159-1160).

Johns vai fazer algo bem parecido, pois irá estudar a geografia dos espaços envolvidos com a indústria de livros em Londres – cafeterias, livrarias, salões, casas impressoras, ruas, bairros, etc. –, o funcionamento das casas impressoras, o tratamento dado aos autores e a importância da posse da "cópia" (JOHNS, 1998, p.105), os parâmetros de edição seguidos pelos tipógrafos e impressores, o papel do mestre impressor e do livreiro, a pirataria e as práticas ilegais de impressão, os padrões morais e de costumes, o controle e regulação da *Stationer's Company*, a atuação dos *hawkers* e dos *chapmans* (JOHNS, 1998, p. 153) e tantos outros aspectos.

O historiador americano empenha-se em revelar os elementos que prejudicavam a "confiabilidade de fato" e a imagem de confiável dos textos impressos, isto é, coisas que afetavam realmente a qualidade do texto e o impacto da representação dessas coisas. Essa diferenciação é necessária, primeiro, porque não há como medir com precisão a proporção da pirataria no período. Segundo, porque a própria qualidade de um título era "medida" através da reputação daquele profissional do impresso ligado a ela, no caso, um *stationer*[15].

[15] Traduções comuns para o termo são: livreiro ou papeleiro. Efetivamente, um *stationer* era algum profissional do mercado de livros membro da *Stationer's Company of London*, que tinha o controle da produção de impressos durante o período estudado por Adrian Johns.

Consequentemente, a confiança em uma obra era afetada pelos atos ilícitos efetivamente praticados por toda a comunidade e do que se supunha sobre ela, o que, por sua vez, estava ligado à imagem do *stationer* que a publicava e a vendia.

A tecnologia da prensa facilitou a produção de textos sem distinção ética. A pirataria era uma prática corrente e tinha várias formas, tantas que é difícil dar-lhe uma definição. Poderia ser por meio da publicação de obras com um título que não correspondia ao seu conteúdo, venda de obras sem o direito sobre a cópia do texto, impressão de um número maior de volumes do que o contratado e venda do "excesso" sem conhecimento do detentor dos direitos, publicações não autorizadas de edições mais baratas de um texto, etc.

As atividades que prejudicavam a qualidade de um texto e sua confiabilidade não se limitavam a isto. Era comum entre os tipógrafos e impressores a alteração das obras deliberadamente, sem consultar aos autores, caso não concordassem com o que estava escrito, se pensassem que o texto estivesse errado, ou simplesmente fosse prejudicar o mestre impressor. Em alguns casos, a obra era completamente alterada. Era dever deles preservar o nome da "casa". Paralelamente, estes mesmos profissionais eram passíveis de muitos erros. O processo de impressão, como foi indicado quando falamos de McKenzie, não era algo linear e regular. Correções poderiam ser feitas enquanto uma parte do material já havia sido impresso. Então, uma parte dos volumes de uma edição tinha tais correções e a outra não. Não há a regularidade esperada normalmente dentro das edições. O exemplo clássico é o de Shakespeare, que não possui um par de cópias idênticas entre suas obras.

A impressão de um trabalho para sua publicação rápida e antes de um pirata também gerava prejuízos aos títulos. Às vezes, quando se trazia um texto estrangeiro para ser publicado na Grã-Bretanha, era preciso que se traduzisse e imprimisse sem demora, para não perder o espaço no mercado. Mas as consequências do ritmo com que o serviço era feito para o conteúdo era considerável. A atenção aos sentidos do texto decaia bastante.

Era tarefa da *Stationer's Company* a fiscalização das práticas ilegais. Suas patrulhas buscavam eliminar as prensas ilícitas, os chamados "buracos" ou "esquinas". Isso talvez também tenha sido um fator que passou a contar para a credibilidade dos livros, principalmente aqueles publicados sobre o emblema de um membro da organização. No entanto, a realidade era mais complicada, já que os próprios membros da cia. eram piratas e os maiores dentre esses costumavam ocupar altos cargos dentro da instituição.

Num quadro como esse, o que valia era manter sua reputação seguindo os ditames de uma moral patriarcal e dedicação à família e ao trabalho. Um impressor ou um livreiro

poderia ser associado à falsidade ou à veracidade de um texto. Muitas vezes os *stationers* estendiam sua fama e caráter para creditar um conhecimento estabelecido em textos impressos. O que mostra como uma relação pode sedimentar gradativamente o sentimento de confiabilidade sobre os textos impressos. Os *stationers* poderiam ser citados dentro do texto como asseguradores da credibilidade do texto. O peso simbólico deles era tão grande que chegavam a ser influentes na produção do conhecimento de muitas áreas. Este poder de interferência começou a surgir em razão da necessidade de saber discernir entre bons e maus investimentos, boas e más publicações. Outros profissionais participavam da escolha, como médicos. Mas o *stationer* que o indicava, por isso, ele era o juiz fundamental.

Recursos foram sendo desenvolvidos para manter a "segurança" dos livros: papéis personalizados, marcas d'água, etc. Contudo, a tecnologia não era um impedimento, pois os falsários e piratas foram aprendendo a burlar tais caminhos pelo roubo ou reprodução.

Surpreendentemente, um dos caminhos preliminares mais estáveis para o desenvolvimento da confiabilidade de um texto foi a abrandamento de um padrão da época, o de não reconhecer a relação entre autor e obra. Dois fatores contribuíram para isso. Primeiro, a fama e a autoridade desenvolvidas por certas escritoras ao ponto de serem apropriadas por piratas como apelo para vendas. Segundo, a filosofia experimental, ramo no qual os autores e seus textos dependiam da estabilidade e padronização para o estabelecimento do conhecimento que veiculavam e consequente crédito por aquilo.

Este crescimento da importância dos autores veio acompanhado de mais combate à pirataria. Foi então que, desenvolveram alguns recursos com certo sucesso: a aceleração da produção de um livro antes do pirata, publicação de versões diferentes dos textos, a produção de correções dos textos abertas ao público com referências de página e linha, confirmações das correções com assinaturas dos autores e, o mais intrigante, o autógrafo nos livros pelos seus autores. De certa forma, isso significou que a autenticidade dos trabalhos impressos voltou a depender da escrita manual, ironicamente do autor.

> Estes homens descobriram o paradoxo central e esmagador dos primeiros anos da cultura impressa na era moderna. O único jeito realmente efetivo de garantir a autenticidade dos seus trabalhos impressos era abandonar o elemento definidor da própria impressão. Abandonando a uniformidade mecânica, eles voltaram a registrar sua autoria à mão. (JOHNS, 1998, p. 182, tradução nossa).[16]

[16] These men had discovered the central, overwhelming paradox rending early modern print culture. The only really effective way to guarantee the authenticity of their printed sheets was to abandon the defining element of print itself. Forsaking mechanical uniformity, they returned to inscribing their authorship by hand.

O espaço do autor começa a se formar, agora, por uma necessidade do mercado, ao mesmo tempo em que um aparente retrocesso tecnológico representa um avanço da estabilidade do mercado e do material por ele produzido. Isto significa um retorno em credibilidade, atributo este que se pôde constatar como não sendo algo pertencente a uma possível "natureza do impresso", mas resultado de um processo de negociações dentro de um esquema onde a tecnologia tem seu papel, mas não determina as condições.

Esta análise sucinta de pontos fundamentais das obras de Donald F. McKenzie e Adrian Johns nos conduz a concluir o quão rico é o conjunto do universo em que estão situados os textos, por conseguinte, a importância de se manter uma observação das tecnologias que dê conta dessa amplitude. Não significa "abraçar o universo" – ou os três universos citados mais acima –, mas ter consciência das limitações de certas causas para os efeitos às quais têm sido atribuídas e também evitar concentrar em um só ponto a tensão de todo um processo de alterações. Atitude esta que vem sendo tomada por um bom número de autores, normalmente em favor das tecnologias, o que já lhes rendeu até a classificação de deterministas tecnológicos.

3. Textos digitais e confiabilidade

> Por que a bibliografia é importante? Se deve ser mais que uma lista de títulos, para que serve? Essa questão ganhou nova pertinência agora que, graças à internet, os textos se tornaram mais disponíveis e menos confiáveis. Estudantes costumam fazer download de textos sem se perguntar de onde vieram, e muitas vezes acabam baixando versões deturpadas. Mas esse problema não é novo. (DARNTON, 2010, p.146).

Baseado nessa crítica ao foco intenso dado à atuação das tecnologias na transformação de toda uma cultura e, paralelamente, à desvalorização de outros fatores, pensamos neste tópico. Nele almejamos aplicar as linhas de raciocínio dos dois estudiosos e refletir quanto à relação de credibilidade da informação e o meio em que esta circula, mais especificamente sobre a confiabilidade dos textos que se encontram no ambiente digital. Nossa motivação está na crença de que, para se discutir credibilidade – e outros temas –, deve-se discutir processos de representação, produção, veiculação, regulamentação (leis, fiscalização, etc.), comercialização e mais; espelhando-se em casos como o de Johns e McKenzie.

Muito se diz a respeito do digital e suas capacidades de beneficiar quase milagrosamente a sociedade. Temos, por exemplo, o sonho da "Biblioteca Universal" que, desde Alexandria, nunca esteve tão próximo de uma viabilidade técnica. Tais especulações

e análises otimistas não vêm sem seus pares pessimistas, que observam uma ameaça ou prejuízo à estabilidade vigente. Tanto um lado quanto o outro costumam estar tomados por inseguranças e grandes expectativas, sem contar uma dose de "futurismos". Um bom número dos primeiros teóricos que vieram a estudar o digital seguiu nesse sentido, traçando noções como a "dromocracia" e especulando sobre a confiabilidade da nova tecnologia.

É certo que muitos desses discursos, com o passar do tempo, não encontraram eco no dia a dia, enquanto outros sobreviveram, frequentemente em razão da falta de estudos mais sensíveis e aprofundados dentro da temática. Não foram poucas as vozes a afirmarem que o hábito de ler diminuiria com os novos recursos eletrônicos, no entanto, hoje, alguns já creem que, na realidade, houve um incentivo à leitura. Para alguns pesquisadores, como o próprio Roger Chartier, nunca se leu tanto quanto agora, pois os jovens usam mensagens de texto, leem sites de fofoca, participam de fóruns, trocam e-mails e conversam via “chats”. "O essencial da leitura hoje passa pela tela do computador. Mas muita gente diz que o livro acabou, que ninguém mais lê, que o texto está ameaçado. Eu não concordo. O que há nas telas dos computadores? Texto – e também imagens e jogos."[17]

Outro grande discurso nessa linha futurista e apocalíptica é aquele que fala sobre o fim dos livros de papel. Prega-se a ideia de que a tecnologia digital substituiria todas as publicações impressas. Tais discursos encontram seus pares no passado, durante, por exemplo, os episódios de surgimento do rádio e da televisão, quando muitos chegaram a decretar o fim dos meios existentes nas respectivas épocas em razão da aparição desses novos.

Com isso, queremos problematizar essa desconfiança com o conteúdo textual disponível no formato digital e questionar se isto não poderia ser consequência desse tipo de visão, no mínimo, pouco enriquecedora descrita nos exemplos citados. Não que os conteúdos sejam totalmente confiáveis e o que acontece seja algum tipo de injustiça cultural/social ou algo parecido. No entanto, limitar-se a essa visão seria pouco proveitoso, enquanto uma gama cada vez mais diversa de material surge no formato em questão, ficando difícil igualar e encarar a todos da mesma forma.

Certamente, quando as primeiras críticas a respeito da confiabilidade dos textos veiculados no digital surgiram, talvez não houvesse um comércio de *e-books* tão forte quanto hoje. Estes que são textos digitais elaborados por editoras muitas vezes já com anos de mercado impresso. Não podemos deixar de comentar sobre os textos "digitalizados",

[17] Revista Nova escola, entrevista com Roger Chartier publicada em Agosto de 2007, edição 204.

diferentes dos "digitais", pois passaram por processos de criação "típicos do impresso" e vieram a ser escaneados ou fotografados, mantendo a confiabilidade "herdada" da versão de papel. Diferenças sensíveis como essas referentes ao processo de produção devem ser consideradas.

Diante disso, é produtivo fazer a seguinte pergunta: e se uma boa parcela ou a maioria da pirataria de textos forem de publicações digitalizadas? Esta poderia ser uma característica da pirataria digital que a distinguiria daquela do impresso descrita por Johns, já que, nesses termos, o conteúdo pirata passa a ser uma "cópia fiel" do oficial, sem ter de ser "produzido do zero". Fato esse que facilita a reprodução ilegal e tiraria um grande peso do custo da atividade, o que, por sua vez, pode interferir nas motivações por trás da pirataria contemporânea de textos. Antes havia um predominante incentivo comercial, piratear era um negócio com investimentos, riscos (não só financeiros, de vida) e, certamente, expectativas de lucro. Hoje, isso pode ser contestado diante das práticas de compartilhamentos[18] P2P[19] (*Peer-to-peer*) ou da simplicidade com que se digitaliza um livro na íntegra, por exemplo.

Da mesma maneira, podemos nos perguntar sobre a produção de conteúdos jornalísticos na *web*: ritmo de trabalho, padrões editoriais, erros comuns e causas, etc. Como tomam forma as informações jornalísticas e quais os custos para a credibilidade do texto? Alguns procedimentos editoriais que vêm sendo usados retiram mecanismos ligados à confirmação de uma informação, caso da apuração. Em troca, temos apenas a tradução ou adaptação de notícias dadas por outros veículos. Na ânsia para lançar primeiro a informação, erros graves ocorrem até entre portais de corporações experientes nas outras mídias que, sem apurar, publicam uma informação errada, levando seus colegas a publicarem também. Outra prática questionável vista é o uso de contas em redes sociais são usadas como fonte. São comuns as famosas barrigas, que incluem muitos enganos, dentre os mais marcantes estão os casos de anúncios errôneos da morte de figuras públicas, como aconteceu com Steve Jobs, em 2008.

Nessa mesma linha das práticas de produção dos textos no digital, devem ser vistas ainda as desconfianças quanto à pulverização das noções de autor, editor, produtor e

[18]Para maiores informações sobre o tema pode-se consultar o título "A Cutlura do Compartilhamento: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado"(2011), de Clay Shiky; "Piracy: The Intellectual Property Wars from Gutenberg to Gates"(2011), de Adrian Johns.

[19] Modelo de arquitetura de redes de computadores onda cada um trabalha como um cliente e servidor. Com o uso de programas específicos é possível disponibilizar conteúdos seus para download e obter conteúdos de outras máquinas sem custos "diretos".

distribuidor. A revolução industrial, no século XIX, provocou a separação dessas tarefas e acredita-se que o texto eletrônico desfaça essas divisões. Hoje,

> [...] no mundo do texto eletrônico, tudo isso é uma coisa só. Um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores: graças à rede eletrônica, essa difusão é imediata. [...] Atualmente, é na esfera da comunicação privada ou científica que a transformação vai mais longe: ela indica aquilo que poderia ser amanhã o conjunto da edição eletrônica. (CHARTIER, 1999, p. 16 – 17).

É possível traçar algumas considerações sobre os leitores e a forma como lidam com essas questões de confiança na informação. O uso recorrente da internet como fonte de consulta textual pode deixar os indivíduos capacitados em algum nível a lidar cada vez melhor com os textos, aprendendo a selecioná-los e discriminar onde buscar que tipo de informação em qual lugar. Assim como foi o caso dos leitores londrinos, que passaram a lidar com o mercado por meio das representações que circulavam em torno dos livreiros com boa ou má fama, a saber identificar onde achar textos confiáveis de assuntos diferentes e qual lugar ofereceria textos sobre de uma temática específica. Aqui entraria essa "cognição leitora", que iria muito além do momento da leitura, mas se abrigaria entre um conhecimento amplo e habilidades diversas, incluindo em um nível mais óbvio conhecimentos sobre o autor, a editora, os formatos, etc.

Se falamos em pirataria, não podemos esquecer das regulações e fiscalizações que ainda se encontram em desenvolvimento. Bem pouco é previsto na legislação dos países. Os maiores movimentos em prol disso são recentes, em uma tendência que pretende, principalmente, controlar a pirataria que gera grandes perdas financeiras de conglomerados de mídia. É o caso da SOPA[20] e da PIPA[21], nos EUA, notórios pelo caso do site *"Megaupload"*[22]. Apesar desses esforços, o digital é visto como incontrolável e irregulável. Mas é bom lembrar que a dificuldade de manutenção da credibilidade e controle das ilegalidades não é exclusiva dessa tecnologia, já que os inúmeros recursos, muitas vezes exclusivamente tecnológicos, para deter a pirataria no impresso mostraram-se ineficientes. Portanto, entender essa questão atual como estritamente tecnológica é repetir enganos.

4. Considerações Finais

[20] Stop Online Piracy Act. Foi apresentado no senado dos EUA em outubro de 2011.
[21] PROTECT IP Act (Preventing Real Online Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property Act, orPIPA). Foi apresentado no senado dos EUA em maio de 2011.
[22] Site "*hoster*" que oferecia espaço para armazenamento de conteúdo online. Foi fechado, em janeiro de 2012, pelo Departamento de Justiça Americano diante de acusações de hospedagem de conteúdo protegido por direitos autorais.

Quando Johns falou do estabelecimento da cultura impressa e da construção da credibilidade na nova tecnologia, o que estava em jogo era fundamental, justamente a ciência moderna, a noção de "verdade científica", de todo um mercado e o próprio entendimento de um conjunto de mudanças em um período da história que tem impactos em nossas vidas. Hoje, no entanto, não temos como estabelecer uma noção precisa do que sairá desse processo iniciado dentro da dita "revolução digital". Qualquer afirmação nessa linha pode soar como exercício de previsão e futurismo, justamente o que buscamos evitar. Mas, seja lá quais forem os resultados, o impacto produzido até este momento faz dos textos digitais merecedores de nossa atenção mais profunda e detalhada, não só para "eles", mas para "aquilo que os cercam". Indo além de uma perspectiva carregada de caracterizações prévias advindas de um conjunto de representações coletivas ou pessoais. Portanto, reiteramos, uma apreensão mais rica e fiel depende do estudo do campo de produção, padrões de edição, profissionais atuantes, aspectos particulares das tecnologias empregadas, diferentes campos do mercado, formas de transmissão, instituições pelas quais os textos são divulgados etc.; assim como fizeram McKenzie e Johns. Isto é, discutir a credibilidade de um texto, seja no digital, seja em outros suportes, é discutir todo um processo amplo.

Bibliografia

COUTINHO, Eduardo G.; GONÇALVES, Márcio S. (Orgs.). Letra Impressa: Comunicação, Cultura e Sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Ofical do Estado, 1999. (1ª Reimpressão da edição de 1998).

CHARTIER, Roger (dir.). Práticas de Leitura. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996.

DARNTON, Robert. A questão dos livros: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os vermes: O cotidiano e as ideia de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GONÇALVES, Márcio; MONTEIRO, Júlio e ROCHA, Renan. “Por Que Lemos Como Lemos?”: A Causalidade na Comunicação Textual. Artigo presente nos anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom 2011.

JOHNS, Adrian. The nature of the book: print and Knowledge in the making. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MCKENZIE, Donald F., Bibliography and Sociology of Texts. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MCKENZIE, Donald F. Making Meaning: "Printers of the Mind" and Other Essays. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 2002.